

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA
ECONOMIA DE PLENO EMPREGO

CURITIBA
2013

MAGNO FERNANDO CARNEIRO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA
ECONOMIA DE PLENO EMPREGO

Artigo de conclusão de curso de especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

CURITIBA
2013

POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA ECONOMIA DE PLENO EMPREGO

RESUMO

Na última década os indicadores de emprego e renda da economia brasileira apresentaram resultados positivos e com aumento real da taxa de ocupação e aumento real nos níveis de renda média do trabalhador. A economia apresentou através de outros indicadores econômicos e sociais indícios da aproximação do pleno emprego. Entretanto, os três últimos censos demográficos do IBGE apresentaram dados que indicam uma redução relativa do número real de trabalhadores nas classes mais altas de renda, faixa que contempla trabalhadores com elevado nível de qualificação profissional e com rendimentos superiores a 20 salários mínimos. O presente artigo trata de políticas públicas com o objetivo de reverter este quadro. Por fim, apresenta uma análise das políticas públicas da Coreia do Sul, os resultados sobre os níveis de renda.

Palavras chave: Educação - Qualificação profissional - Ocupação - Renda.

ABSTRACT

In the last decade the indicators of employment and income of the Brazilian economy apresentaram positive results and real increase in occupancy rates and increased real income levels of the average worker. The economy presented by other economic and social indicators indications of the approaching full employment. However, the last three censuses IBGE presented data that indicate the relative reduction in the actual number of workers in the higher classes of income range that includes workers with a high level of professional qualification and with yields higher than 20 minimum wages. This article deals with public policies in order to reverse this situation. Finally, it presents an analysis of the public policy of South Korea, the results on income levels.

Keywords: Education - Vocational training - Occupation - Income.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA DE RENDIMENTO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991.....	10
TABELA 2 - PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO COM CURSO SUPERIOR POR FAIXA DE RENDIMENTO.....	12
TABELA 3 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR CLASSES SOCIAIS.....	23

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE PESSOAS POR FAIXA SALARIAL.....	13
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHADOR.....	14
GRÁFICO 3 - RENDA PER CAPTA DA CORÉIA DO SUL.....	17
GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO DOS LARES SUL-COREANOS POR FAIXA DE RENDA ANUAL EM 2005 E EM 201.....	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 UM QUADRO DO EMPREGO NO BRASIL (POPULAÇÃO OCUPADA).....	9
2.1 ANÁLISES DAS CLASSES COM MAIORES RENDAS.....	10
2.1.1 Nível de educação e qualificação.....	10
2.2 REDUÇÃO DO REAL DO PERCENTUAL DE TRABALHADORES NA FAIXA COM RENDIMENTO SUPERIOR A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	12
2.3: UM QUADRO DESCRITIVO DO RENDIMENTO DO TRABALHADOR POR FAIXA SALARIAL.....	13
2.4 REVISÃO TEÓRICA: A CURVA DE KUZNETS OU TEORIA DO U- INVERTIDO.....	15
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS RESULTADOS SOBRE OS NÍVEIS DE RENDA: UMA ANÁLISE DO CASO COREANO.....	17
3.1 POLÍTICA INDUSTRIAL	18
3.2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO BASEADO NO CONHECIMENTO.....	18
3.3 TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	19
3.4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA CORÉIA DO SUL.....	20
4 CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25
NOTAS DE FIM.....	28

1 INTRODUÇÃO

Os indicadores da economia brasileira que medem o emprego e renda apresentaram índices com variação positiva na última década entre os anos de 2000 e 2010, refletindo o bom momento de crescimento da economia. As taxas de desemprego, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME)¹, do IBGE indicam o menor índice da série histórica iniciada em 2002. Em dezembro de 2012 a taxa de desemprego registrada para o ano foi de 5,5%, comparada com o ano de 2003 em que a taxa anual registrada foi de 12,4%, uma variação de 55,65% em favor da redução do desemprego. Segundo o IBGE, o rendimento médio do trabalhador no ano de 2010, aumentou 7,5% em relação a 2009 e 41% na comparação com 2003. Por outro lado, conforme dados coletados pelo Censo Demográfico² de 2010 a taxa de fecundidade é de 1,9 filhos por mulher, índice abaixo da taxa de reposição da população. Na década 70 a fecundidade era de 5,8 filhos por mulher. A redução da taxa geométrica de crescimento da população eleva a idade da PEA (População Economicamente Ativa)³ e tende a reduzir ainda mais o índice que mede a população desocupada, em função da perspectiva estimada do crescimento do PIB de 2,34% para 2013.

Argumentos que reforçam a tese da aproximação do pleno emprego no Brasil⁴. i) redução sistemática da taxa geométrica de crescimento da população, em 2011 a taxa estimada pelo IBGE era de 0,86% a.a.; ii) da taxa média de crescimento do PIB nos últimos 10 anos de 3,76% a.a.; iii) Segundo o Censo 2010, os dados apresentam um aumento real em percentual da população ocupada. O bom momento experimentado pela economia brasileira torna-se perceptível na medida em que engrossa o contingente de trabalhadores que ganham entre um e cinco salários mínimos num contraste com a redução de trabalhadores que ganham menos de um salário mínimo. Segundo dados do censo, em 1991 este contingente representava 86,12% da população ocupada⁴. No censo de 2000, este índice manteve-se estável com valor de

¹ Ver: PEREIRA, J.B e NASCIMENTO, R. Crescimento, emprego e renda no Brasil: rumo ao pleno emprego produtivo. **Revista Economia & Tecnologia (RET)** v. 8, n. 2, p. 61-80, Abr/Jun 2012

86,43% da População Ocupada. Entretanto em 2010 foi constatado um aumento real de 4,67% e o índice apresentou 90,47% da (PO).

Contudo era de se esperar que houvesse um aumento real em números relativos de trabalhadores nas outras faixas de renda. A rigor, deveria configurar um aumento do número real de trabalhadores na faixa de 5 a 10 salários mínimos; idem para a faixa de 10 a 20 salários mínimos. O que não foi constatado. Entretanto, os três últimos censos do IBGE apresentaram dados que indicam uma redução relativa do número real de trabalhadores nas classes de mais altas de renda, faixa que contempla trabalhadores com elevado nível de qualificação e com rendimento superior a 20 salários mínimos.

Assim, este artigo busca investigar, que tipo de políticas públicas devem ser adotadas no Brasil com o objetivo de aumentar o número relativo de trabalhadores nas classes mais altas de renda?

A metodologia em função da especificidade das informações, concentra-se principalmente nas análises de dados coletados pelo Censo Demográfico do IBGE referente aos anos de 1991, 2000 e 2010 e análises de dados da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD)⁵ e Pesquisa Mensal de Emprego. Em um segundo momento, devemos comparar o as políticas adotadas pela Coréia do Sul e os resultados obtidos sobre a variação nos níveis de renda daquele país.

2 UM QUADRO DO EMPREGO NO BRASIL (POPULAÇÃO OCUPADA)

A análise do emprego no Brasil concentra-se na base de dados do Censo demográfico do IBGE, uma vez que este coleta informações de todas as regiões do país composto por 27 Unidades da Federação e 5.565 municípios. Portanto, é possível um retrato mais preciso da população ocupada e dos níveis de renda e escolaridade do país como um todo. O estudo da população ocupada nas altas faixas de rendimento é em função da classificação do IBGE. Visto que o Brasil apresenta dimensões continentais e grande diversidade entre as regiões o que dificulta a definição e classificação em classes: baixa, média e média alta. Por este motivo, o IBGE não tem e não uma definição de classe média. A TABELA 1, referente aos dados coletados pelos censos de 1991, 2000 e 2010, apresentam dados com percentual relativo aos trabalhadores com rendimento e valores superiores a um salário mínimo. Para esta análise, embora o censo demográfico inclua na pesquisa primária a coleta de dados e rendas com valores inferiores a um salário mínimo, este estudo faz um recorte e concentra-se em rendas com valores superiores a um salário mínimo. Os dados apresentados confirmam a redução relativa do percentual de trabalhadores nas classes mais altas de renda. Ainda de acordo com os dados plotados, observamos o aumento real da classe entre um e cinco salários mínimos e a queda real e progressiva nas faixas com maior rendimento. Apesar do aumento linear em números absolutos da população ocupada.

TABELA 1 - PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA DE RENDIMENTO
CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 146.917.459 HABITANTES

População Ocupada (PO) total 62.085.395 trabalhadores 42,26% do total de Habitantes	
Renda: em salário mínimo.	Percentual total de trabalhadores da (PO)
1 a 5	86,12%
5 a 10	8,53%
10 a 20	3,61%
Superior a 20	1,74%

CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 169.590.693 HABITANTES

População Ocupada (PO) total 68.020.861 trabalhadores 40,11% do total de Habitantes	
Renda: em salário mínimo.	Percentual total de trabalhadores da (PO)
1 a 5	86,43%
5 a 10	7,80%
10 a 20	3,59%
Superior a 20	1,22%

CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 190.755.799 HABITANTES

População Ocupada (PO) total 108.876.410 trabalhadores 57,08% do total de Habitantes	
Renda: em salário mínimo.	Percentual total de trabalhadores da (PO)
1 a 5	90,47%
5 a 10	6,13%
10 a 20	2,29%
Superior a 20	1,11%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS DO IBGE

2.1 ANÁLISES DAS CLASSES COM MAIORES RENDAS

2.1.1 Nível de educação e qualificação

De acordo dados plotados na Tabela 2. No censo de 1991, os trabalhadores na faixa de rendimento entre cinco e dez mínimos, 23,16% do total apresentavam curso superior completo, na mesma faixa de renda apenas 0,57% do total de trabalhadores com curso de pós-graduação. Na faixa de rendimento de dez a vinte salários mínimos, o fator qualificação foi determinante e destes 42,04% do total apresentavam nível superior. Com níveis de pós-graduação notou-se uma variação positiva de 342,99%,

apresentando 1,98% do total. Para trabalhadores com renda acima de vinte mínimos os percentuais apresentados para o curso superior são de 54,98% do total e pós-graduação de 4,1% do total.

A classificação adotada pelo IBGE, referente ao Censo de 2000 foi alterada em função de anos de estudo. Na faixa de renda entre cinco a dez mínimos apresentou 17,67% da força de trabalho com mais de 15 anos de estudo o que corresponde ao superior completo. Na faixa de rendimento entre dez a vinte salários mínimos, 39,35% apresentavam mais de 15 anos de estudo. E na faixa com rendimento superior a vinte salários, 46,09% apresentavam mais de 15 anos de estudo.

No censo de 2010, observamos um aumento relativo real na escolaridade total da força de trabalho, um dos motivos é que nas faixas com rendimento igual ou inferior a cinco salários, o trabalhador entrante apresenta maior escolaridade. Nas faixas com maior rendimento o fator escolaridade é decisivo. Trabalhadores com rendimento na faixa de cinco a dez salários mínimos encontramos 45% da força de trabalho com curso superior completo. E nas faixas seguintes a variação foi mais significativa. Embora o censo apresente um alargamento na base da pirâmide, a exigência no quesito escolaridade manteve-se crescente. Na faixa de rendimento que compreende trabalhadores entre dez e vinte salários mínimos 63,46% dos trabalhadores apresentavam curso superior completo. Por fim, para trabalhadores enquadrados na faixa com rendimento superior a vinte salários 72,16% apresentavam curso superior completo.

É notável de que embora na leitura dos últimos censos tenha apresentado uma significativa redução real do número relativo de trabalhadores nas faixas mais altas de rendimento com valores superiores a vinte salários mínimos, ainda assim, o nível de educação e qualificação são condições *"sine qua non"*. O censo de 2010 apresenta um aumento real na escolaridade de todas as faixas de rendimento inclusive na base da pirâmide, e em relação ao censo de 2000 apresentou um aumento relativo real e positivo de 154,67% no percentual da força de trabalho com curso superior. No topo da pirâmide o fator escolaridade foi determinante. Embora em número relativos reais tenha

apresentado uma redução no número de trabalhadores acima de 20 salários, o fator escolaridade apresentou um aumento real e positivo de 57% do total de trabalhadores com curso superior completo.

TABELA 2 PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO COM CURSO SUPERIOR POR FAIXA DE RENDIMENTO

Censo Demográfico	Renda por anos de estudo: 5 a 10 mínimos	Renda por anos de estudo: 10 a 20 mínimos	Renda por anos de estudo: superior a 20 mínimos
1991	23,73% (PO)	44,03% (PO)	59,10% (PO)
2000	17,67% (PO)	39,36% (PO)	46,09% (PO)
2010	45% (PO)	63,46 (PO)	72,16% (PO)

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE

2.2 REDUÇÃO DO REAL DO PERCENTUAL DE TRABALHADORES NA FAIXA COM RENDIMENTO SUPERIOR A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.

Conforme os dados disponibilizados pelo IBGE referentes três últimos censos 1991, 2000 e 2010 apresentaram uma evolução com variação negativa em valores percentuais do número real de trabalhadores nas classes de mais altas de renda com salários superiores a vinte salários mínimos (ver gráfico 1). No censo de 1991 o índice de trabalhadores com renda acima de 20 salários representavam 1,74% do total da população ocupada, e este índice iniciou uma tendência de queda que se confirmou com os dados obtidos pelos censos de 2000 e 2010. Esta faixa de renda acima de 20 salários apresenta um percentual maior de trabalhadores com elevado grau de escolaridade e a exigência de por trabalhadores qualificados tem se tornado condição necessária. No período referente a análise, o governo lançou mão de políticas com a finalidade de elevar o nível de escolaridade do trabalhador. Entretanto, com a elevação da escolaridade e capacitação geral do trabalhador brasileiro, tende a elevar a oferta de mão de obra inclusive nesta faixa de renda. Grosso modo com o aumento da oferta de mão de obra, os níveis salariais tendem a uma redução em valores reais. Esta relação em um primeiro momento

negativa; prevista pela teoria do U-Invertido ou Curva de Kuznets, entre crescimento econômico e desigualdade de renda será detalhada e analisada na seção 2.4 REVISÃO TEÓRICA.

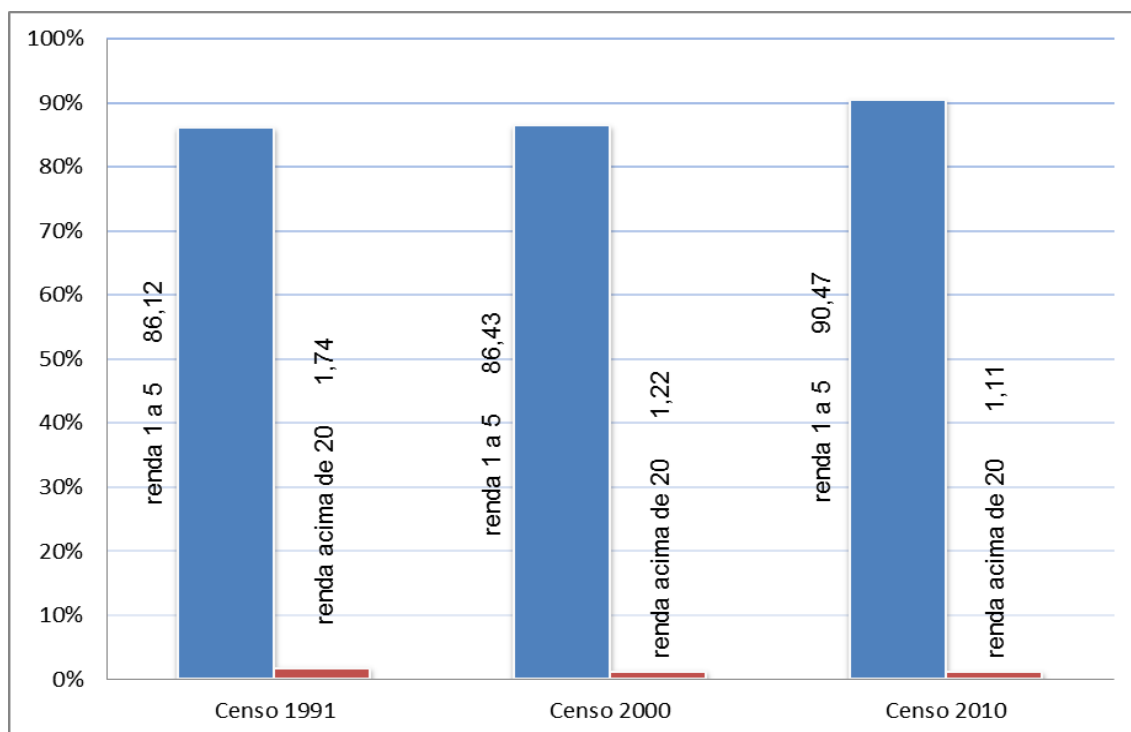


GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE PESSOAS POR FAIXA SALARIAL.

FONTE: IBGE

Elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico

2.3: UM QUADRO DESCRITIVO DO RENDIMENTO DO TRABALHADOR POR FAIXA SALARIAL.

De acordo com os dados coletados nos três últimos censos, ver TABELA 1: é possível observar uma queda no número relativo de trabalhadores nas faixas de rendimentos mais elevadas com rendimento superior a cinco salários mínimos. Nesta faixa encontram-se trabalhadores com elevado nível escolaridade e de qualificação profissional. O aumento real na base da pirâmide é justificado pelos trabalhadores em idade ativa entrantes no mercado de trabalho. Outro fator importante que contribuiu para o alargamento base da pirâmide e que reflete a redução da desigualdade social, foi a inclusão do contingente de trabalhadores com rendimentos inferiores a um salário

mínimo. Resultado do bom momento com crescimento e desenvolvimento da economia, em que os trabalhadores entrantes e com maior escolaridade adquirem qualificação e assim conseguem mobilidade salarial. Outro motivo que ampliou o alargamento da base foi à queda no número relativo real de trabalhadores com rendimentos acima de vinte salários mínimos que tiveram seus rendimentos reais reduzidos para a faixa com rendimento inferior; e consequentemente os trabalhadores que em função da redução da renda real, migraram da faixa entre dez e vinte salários que passaram a fazer parte da faixa de cinco a dez salários mínimos.

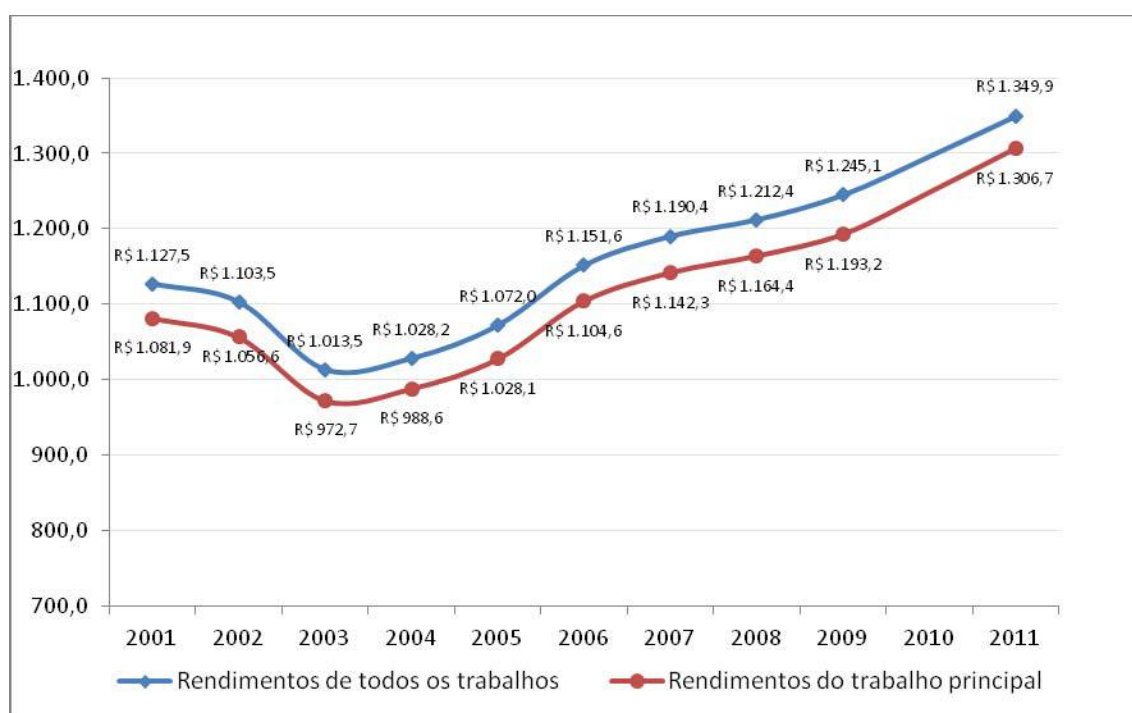


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHADOR

FONTE: IPEA

2.4 REVISÃO TEÓRICA: A CURVA DE KUZNETS OU TEORIA DO U INVERTIDO

Em *Economic Growth and Income Inequality* (1955), Simon Kuznets economista de origem Russa e radicado nos Estados Unidos, realizou um estudo, em que relacionou crescimento econômico e desigualdade de renda. A relação entre os indicadores que medem crescimento econômico e desigualdade de renda é conhecida na literatura como, a hipótese do U-invertido. Onde no eixo (y) temos: Nível de desigualdade de renda; e no eixo (x): Nível de crescimento econômico. Segundo Kuznets, a desigualdade em um primeiro momento tende a aumentar, e depois com o passar do tempo tende a decair. A pesquisa de Kuznets tinha como objetivo, verificar se a distribuição de renda tendia a aumentar ou a diminuir com o crescimento econômico. Kuznets, utilizou um modelo dual em que havia uma sociedade agrícola (atrasada) e uma sociedade industrial moderna e dinâmica (adiantada). A intenção de Kuznets era a de estimar a variação negativa entre desigualdade e crescimento no curto prazo.

O mercado de trabalho no setor industrial já estabelecido e mais desenvolvido tem elevado nível de qualificação e renda. Em um novo cenário, ocorre a inserção no mercado de trabalho de novos trabalhadores com mão de obra menos qualificada e com disponibilidade para aceitar os pisos salariais com valores inferiores aos ofertados pelo mercado de trabalho já estabelecido. Assim, temos a configuração de um aumento da desigualdade da renda se comparada ao padrão já estabelecido dos antigos trabalhadores. Em que os trabalhadores configuravam determinado nível de qualificação e renda. Com ao avanço do - desenvolvimento econômico e com a elevação de outros indicadores de desenvolvimento social, a desigualdade tende a diminuir, e função de outros indicadores como educação e qualificação profissional. Pois, inicialmente o setor mais avançado demandaria mão de obra qualificada até o ponto de inflexão da Curva de Kuznets, onde ocorre o excesso de profissionais com mão de obra qualificada e a partir deste ponto tende-se a uma redução nos níveis salariais. Portanto, neste ponto o contingente de trabalhadores

estaria nivelado e seria alocado no setor mais desenvolvido tecnologicamente. Sendo assim ocorreria uma melhor distribuição de renda.

Com a transferência de população de um setor para outro – do tradicional agrícola para o moderno industrializado – a desigualdade de renda aumentaria, pois este setor mais dinâmico também é mais rico e mais desigual. Isto se daria pela diferença de rendas da população de ambos os setores que podem ser observadas através da renda per capita média industrial, da participação da renda setorial em relação à renda total e da desigualdade nas participações populacionais que tendem a ser superiores no setor urbano em relação ao setor rural (SALVATO et. al., 2006 e BARRETO, NETO e TEBALDI, 2001).

Portanto, a Curva de Kuznets seria configurada pela alteração do estado estacionário da economia para uma economia dinâmica. Desta forma, ante ao crescimento, o setor industrializado e mais desenvolvido, demanda intenso emprego de mão de obra especializada até o ponto de saturação da demanda por profissionais qualificados. Neste ponto ocorre a inflexão da curva e os níveis salariais tendem a redução de valores.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS RESULTADOS SOBRE OS NÍVEIS DE RENDA: UMA ANÁLISE DO CASO COREANO.

Coréia do Sul, de acordo com o Banco Mundial (2011), tem uma população estimada em 49,78 milhões de habitantes e extensão territorial: 99.016 km², Com tamanho aproximado ao do Estado de Santa Catarina, sua população tem aproximadamente um quarto da população brasileira. Com recursos naturais escassos. Grande importador de commodities das mais diversas: no setor agrícola, e insumos para a indústria; de petróleo a minério de ferro.

Entretanto, de acordo com o World Bank, no ano de 2012 a renda per capita da Coréia do Sul, foi de US\$ 32.100, e no mesmo ano a renda per capita do Brasil foi de US\$ 11.900 quase um terço da renda per capita Coreana. No mesmo ano a estimativa de PIB da Coréia foi aproximadamente a metade do PIB do Brasil. Na década de 1960 a renda per capita da Coréia do Sul US\$ 80,00. Estava equiparada a renda per capita dos países mais pobres do mundo como os países situados na África Subsaariana. O Gráfico 3, mostra a evolução da renda per capita da Coréia do Sul entre a década de 1960 e 2010.

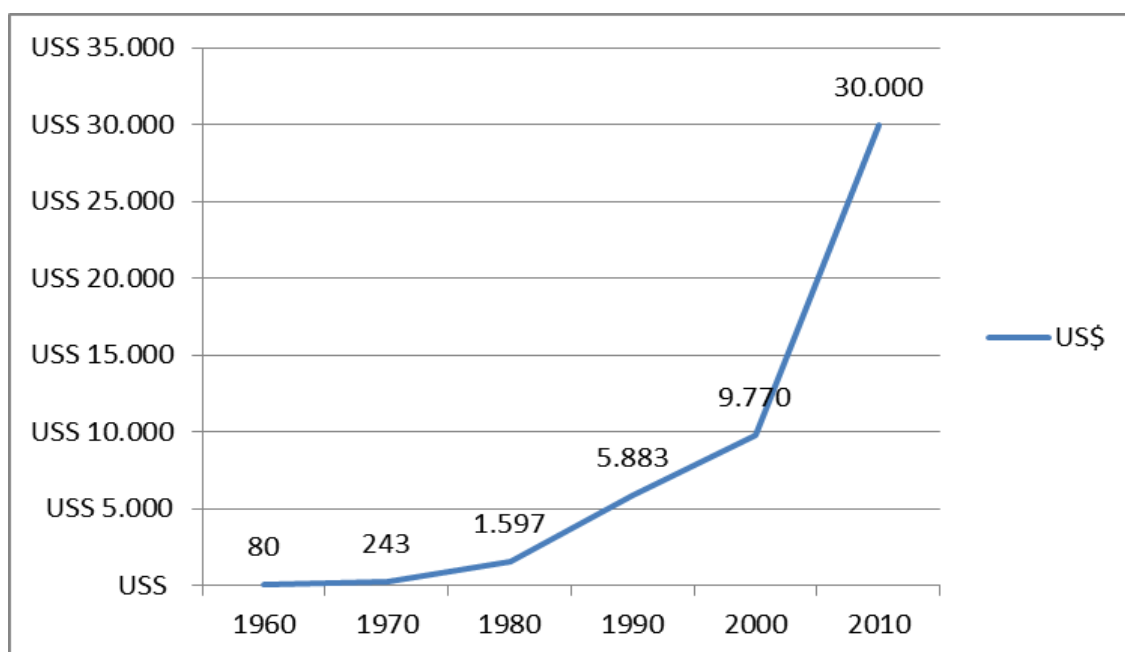


GRÁFICO 3 - RENDA PER CAPTA DA CORÉIA DO SUL

FONTE: WORLD BANK

Elaborado a partir de dados do World Bank

3.1 POLÍTICA INDUSTRIAL

Na década de 1960 o governo Sul Coreano, através da implementação de políticas industriais como: incentivo a substituição de importações financiando e repassando tecnologia para que pequenas empresas suprissem o mercado interno com bens e serviços. O governo através de uma política agressiva elevou impostos sobre produtos de bens de consumo de produtos importados; mas fomentou a importação de bens de capital com o intuito de absorver tecnologia na produção de produtos com baixo valor agregado; indústrias de manufaturas leves. Entre os anos de 1962 e 1982, a Coréia do Sul investiu aproximadamente 47,4% de todos os investimentos estrangeiros em forma de *royalties* com a finalidade de adquirir *know-how* no desenvolvimento e produção de produtos com elevado valor agregado. Política orientada para a exportação de produtos com elevado teor de tecnologia agregada, focada na indústria pesada e na indústria petroquímica. Através de financiamentos com capital público com a aplicação de baixas taxas de juros, estimulou os grupos empresariais com uma política em que produção era voltada pra o mercado externo. Assim, formaram-se os primeiros grupos empresariais os chamados Chaebols, Os Chaelbols mais conhecidos são a Samsung, Hyunday, Dewoo e LG e são normalmente um grupo de empresas controlados por uma Holding. Atualmente as principais Chaebols Coreanas são responsáveis por aproximadamente 80% do PIB.

3.2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO BASEADO NO CONHECIMENTO

Entre os anos de 1945 e 1948 após a divisão das Coreias, o governo militar norte americano instaurou um governo com o propósito de promover a redemocratização do país. A partir de 1948 após a promulgação da constituição, o governo no Presidente Syngman Rhee, inicia a reconstrução do país devastado pela guerra com a Coréia do norte. O país tem um grande contingente populacional em um país com dimensões territoriais reduzidas. Neste período o país recebeu intensa assistência financeira norte americana. As autoridades do governo militar americano viam a educação essencial na implantação do regime democrático na Coréia. Em novembro de 1945, foi

instituído o Comitê Nacional de Planejamento Educacional, composto por educadores coreanos e oficiais do governo americano, com o objetivo de estabelecer um novo sistema (Miltons e Michelin, 2012 apud Lee, 2006). Os investimentos maciços em educação elevaram a taxa de alfabetização da Coreia, em 1945 o país apresentava aproximadamente 22% da população alfabetizada, na década de 80 o este índice aumentou para 93%. A Coreia atingiu a universalização da educação no ensino fundamental na década de 1960 e na década de 1980 o mesmo ocorreu com o ensino médio. Porém ainda na década de 1980 ocorreu um expressivo crescimento nos cursos de nível superior. Na década de 90 o governo priorizou as áreas de planejamento e execução de projetos e pesquisa de desenvolvimento (P&D), com o objetivo de elevar os níveis de capacitação científica e tecnológica. Em 1994 a Coreia promoveu uma reforma educacional com o objetivos de longo prazo e com a finalidade de capacitação da mão de obra para a transição para a economia do conhecimento. Segundo a definição da OECD (2013), "A economia baseada no conhecimento" é uma expressão criada para descrever as tendências das economias avançadas para uma maior dependência de conhecimento, informação e altos níveis de habilidade, e a crescente necessidade de pronto acesso a todos estes por setores empresariais e públicos.

A evidência empírica mostra que a Coreia atingiu um elevado nível de qualificação de sua mão-de-obra por meio da educação formal. (Miltons e Michelin, 2012). Atualmente a Coreia conta com aproximadamente 99% da população alfabetizada. Segundo o Banco mundial, o êxito reside em investimentos na educação de longo prazo e modernização na infraestrutura de informação. Frente a crescente complexidade do desenvolvimento tecnológico e do conhecimento faz-se necessário à interação entre os agentes com a finalidade de produzir e disseminar o conhecimento.

3.3 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A produtividade média de um trabalhador em um país desenvolvido é superior em relação produtividade de um trabalhador de um país em desenvolvimento. Este resultado em grande parte é explicado pelo fato de que

em um país industrializado, o trabalhador tem a sua disposição mais capital físico, com máquinas e equipamentos superiores. Outro fator favorável ao aumento da produtividade e não menos importante é que em um país com elevados índices de desenvolvimento econômico e social, o trabalhador tem seus talentos e competências também mais desenvolvidos. A soma de educação formal, treinamentos informais, competências e experiências profissionais que constituem o indivíduo, é conhecido como capital humano. Portanto, o trabalhador de um país desenvolvido produz mais em menos tempo, e com menores índices de retrabalho, assim reduzindo os custos de produção e aumentando a competitividade no mercado externo.

Gary Stanley Becker foi um dos precursores no estudo do capital humano, com a publicação do livro *“Human Capital”* em 1964. De acordo com Beker, o capital humano é similar ao capital fixo. É possível fazer investimento em capital humano, através da educação formal, qualificação profissional e o aprimoramento de competências e experiências profissionais, além de outros benefícios que proporcionem melhor qualidade de vida. Portanto para Beker, o capital humano é um meio de produção e é expansível e auto gerador de competências e conhecimento. Entretanto o capital humano é intangível e não é propriedade da empresa, mas é propriedade do próprio trabalhador portanto o trabalhado. O capital humano pode proporcionar um avanço no desenvolvimento de países com excedente populacional e com escassez de capital fixo. Via aceleração na taxa de formação de capital humano com investimentos públicos em educação e saúde.

3.4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA CORÉIA DO SUL.

Conforme estudo da Apex-Brasil (2011), Vide gráfico 4 , a distribuição de renda na Coréia do Sul entre os anos de 2005 e 2010, apresentou evolução positiva. Embora as o país apresente trabalhadores com elevados índices de educação formal e qualificação profissional, ainda assim os rendimentos das classes mais altas de rendas acima de US\$150.000 apresentaram variação positiva de 14% no período de 5 anos. As faixas entre US\$75.000 e US\$150.000 também apresentaram ganhos com variação positiva de 39% no

mesmo período. A base da pirâmide com famílias com menor rendimento na faixa de US\$10.000 que ocorreu uma variação positiva de 11,6%. Analisando a performance da Coréia do Sul no período de cinco anos observamos que houve um ganho real de renda nas classe classes mais altas e mesmo havendo aumento na oferta de mão de obra qualificada e diante da política de educação continuada.

Isto significa que, mesmo que a economia do Brasil seja maior que a sul-coreana, a distribuição de renda dos lares sul-coreanos é melhor que a dos brasileiros. No entanto, observa-se que, entre 2005 e 2010, houve uma tendência de alteração na composição percentual das faixas de renda por lares sul-coreanos. Verificou-se, no período, um aumento do número de lares que ganhavam acima de US\$ 45.000 por ano e uma queda dos lares que recebiam renda anual entre US\$10.000 e US\$ 45.000. (Apex-Brasil, 2011)

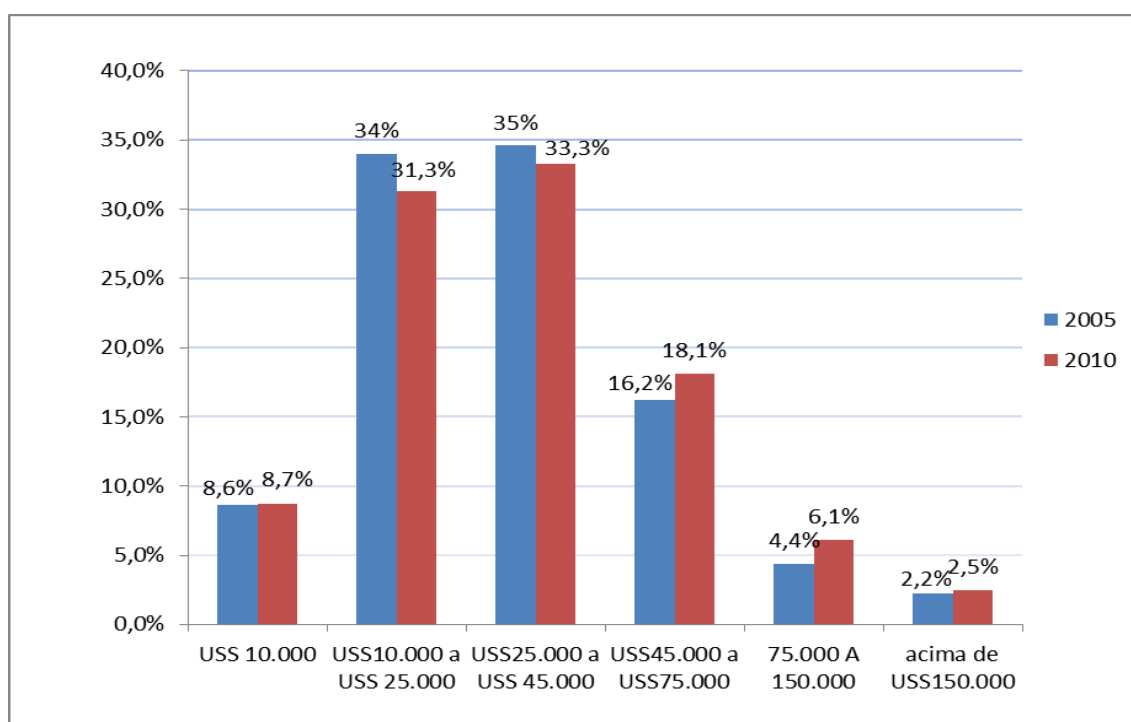


GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO DOS LARES SUL-COREANOS POR FAIXA DE RENDA ANUAL EM 2005 E EM 2010

FONTE: UICC Apex-Brasil

Elaborado a partir UICC Apex-Brasil

De acordo com o artigo publicado em 2008 pelo professor Joon-woo Nahmⁱⁱ, Vide TABELA 3. A Coréia do Sul no período de 1995 a 2005 obteve êxito na ampliação do número de famílias nas classes mais elevadas. Embora os as classes mais altas apresentem trabalhadores com elevado nível de qualificação formal e profissional. No caso coreano o a entrada de mais trabalhadores qualificados não reduziu os salários, neste caso os observamos mais mobilidade social. Pois foi observado que os trabalhadores experimentaram ascensão social. O contingente da população abaixo da linha da pobreza apresentou uma variação negativa de 2,94% no total da população abaixo da linha da pobreza no período. A faixa população integrante da *Lower Class* teve uma variação positiva de 16,91% pontos percentual no mesmo período. A *Middle Class* teve uma redução de 20,32% pontos percentuais no período. A *Upper Class* apresentou uma variação positiva de 43,56% no mesmo período. No topo da pirâmide a classe mais rica quase triplicou e teve um aumento de 241,94% pontos percentuais

TABELA 3 PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR CLASSES SOCIAIS

	1995	1998	2002	2005
Under poverty line	3,3	4,3	2,4	3,4
Lower Class	27,2	27,3	28,1	31,8
Middle Class	56,3	55,2	50,6	44,8
Upper Class	16,3	17,5	21,3	23,4
Most Affluent	3,1	2,3	6,2	10,6

FONTE: Shrinking Middle Class and Changing Income Distribution of Korea: 1995-2005

ⁱⁱ Professor of Economics, Sogang University, Seoul , South Korea

4 CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo a investigação de que tipos de políticas públicas poderiam ser adotados pelo Brasil com o objetivo de aumentar o número relativo de trabalhadores nas classes mais altas de renda. Pois, embora o país apresentasse variação positiva nos indicadores que medem emprego e renda, ainda assim, as classes mais altas apresentavam reduções sucessivas real em percentual no contingente de trabalhadores.

Para tal propósito, foi utilizada a análise da base de dados do IBGE referente aos três últimos censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Os resultados indicaram aumento na renda, mas esse aumento não foi suficiente para promover mobilidade social. Ocorreu redução real nas classes mais altas de renda, um contrassenso, pois justamente nestas faixas estão concentrados os trabalhadores com maior escolaridade e qualificação profissional.

Este fenômeno é previsto na teoria do U-Invertido ou Curva de Kuznets. A teoria relaciona crescimento econômico e desigualdade de renda. Segundo Kuznets, a desigualdade em um primeiro momento tende a aumentar, e depois com o passar do tempo tende a decair. Pois em um primeiro momento os trabalhadores entrantes sem qualificação aceitam um salário baixo, se comparado ao mercado de trabalho já estabelecido. Porém com o crescimento econômico e com a elevação dos indicadores sociais a desigualdade tende a cair, neste momento ocorre a equiparação de renda e de qualificação da força de trabalho como um todo.

Porém, uma análise do caso coreano e os resultados sobre os níveis de renda, indicam que a Coreia do Sul embora com industrialização tardia o fenômeno ainda não foi observado. O país em 1960 apresentava renda per capita de US\$60 anuais, e em 2010 atingiu a renda per capita de US\$30.000 anuais. Neste período o país atingiu índices elevados de distribuição de renda e desenvolvimento humano, e mais o país apresentou índices que demonstram a mobilidade social e aumento real nas classes mais altas de renda. A partir do momento do esgotamento das políticas industriais o governo sul-coreano iniciou um processo de políticas públicas com foco no conhecimento e com elevados investimentos em educação via universalização da educação formal e

continuada. E a adoção de políticas de qualificação e desenvolvimento tecnológico. Atualmente a Coreia do Sul através das Universidades e as “*Chaebols*” desenvolve tecnologia e cria novos padrões mundiais.

O êxito da Coreia em atrasar a inflexão da Curva de Kuznets, a princípio consiste na teoria do capital humano; que pode ser definido como: a soma de educação formal, treinamentos informais, competências e experiências profissionais que constituem o indivíduo. Esta teoria justifica a produtividade média de um trabalhador em um país desenvolvido é superior em relação produtividade de um trabalhador de um país em desenvolvimento.

Ao Brasil cabe desenvolver políticas públicas de educação formal e qualificação profissional e infraestrutura de informação que fomentem o desenvolvimento do capital humano e assim proporcionar mobilidade social nas classes mais elevadas de renda.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL), **Coréia do Sul Perfil e Oportunidades Comerciais**, Disponível em: <www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/coreia_17102012165947.pdf> Acesso em: 14 jun 2013

ALVES, E.L.G. e VIEIRA, C.A. dos S. Qualificação Profissional Uma Proposta de Política Pública, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Texto para discussão N° 376, jun. 1995, Disponível em: www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1349872196.pdf Acesso em: 12 jan.2012

BIER, V. LIZÁRRAGA, M. Um modelo coreano de desenvolvimento baseado no conhecimento. **Unemp** Cap 5 Disponível em:<<http://www.uniemp.org.br/livros/educacao-para-inovacao/f-Vera-Bier.pdf>> Acesso em: 10 Jun 2013

DREYFUS, F. Philantrope d'autrefois. Paris: Librairie Garnier Frères, 1908, p. 373.

FERRETTI, C. J e SILVA, Jr. REIS, J. **Educação profissional numa sociedade sem empregos**. Cad. Pesqui. N.109, pp: 43-66,ND mar. .2000

GIRARD, A.. Cultural Development: experiences and policies. **Unesco**, Paris,1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 20 jan.2013

KEA THE KOREAM ECONOMIC ASSOCIATION disponível em: <<http://eng.kea.ne.kr>> Acesso em: 10 jun. 2013

KON, A. Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores, **Revista Economia e Tecnologia (RET)**, v.8, n°2, p.5 -22, abr / jun 2012, Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Volume%208%20n%202/05%20Anita%20Kon.pdf>> Acesso em: 23 mar 2013

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 5. ed. LTC Editora: Rio de Janeiro, 2003.

MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D. N. A Contribution to the Empirics of Economic Growth.Massachusetts, **USA: National Bureau of Economic Research**, 1990. Working Paper, n. 3541.

Mercado de Trabalho Brasileiro, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, n. 156, 11 out 2012. Disponível em: <
www.ipea.gov.br/agencia/images/.../121011_comunicadoipea156.pdf> Acesso em:

MILTONS, M.M. e MICHELON, E. Educação e crescimento econômico na coréia do sul, **Economia e Tecnologia** Disponível em:
http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-08-educacao_e_crescimento_e.pdf> Acesso em: 15 jul 2013

NAHM, J. Shrinking Middle Class and Changing Income Distribution of Korea: 1995-2005. **The korean economic review**. Seoul, S. Korea. v. 24, n. 2, winter 2008 disponível em:
 <http://eng.kea.ne.kr/upload/catalogue_file/2d3460f6fcc26f327b00cdb87fdae871.pdf> Acesso em 10 jul. 2013

OLIVEIRA, A. M. H. C. de. e RIOS, E. L. G. N. Uma avaliação experimental dos impactos da política de qualificação profissional no Brasil. **Rev. Bras. Econ.** v.61 n.3 Rio de Janeiro jul/set. 2007 Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-714020070003&lng=es&nrm=1> Acesso em: 12 out. 2012

PAIVA, V. Sobre o Conceito de “Capital Humano” Cadernos de Pesquisa, n.113, p. 185-191, jul 2001 Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a10n113.pdf> > Acesso em: 05 Out 2012

PEREIRA, J.B. e NASCIMENTO, R. Crescimento, emprego e renda no Brasil: rumo ao pleno emprego produtivo. **Revista Economia e Tecnologia (RET)**, v.8, n°2, p. 61 - 80, Abr/Jun 2012 Disponível em:
<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Volume%208%20n%202/08%20Joao%20Basilio%20Pereira%20-%20Ricardo%20Nascimento.pdf> Acesso em: 12 jun 2012

PRESTES, E. e VÉRAS, R. Educação, qualificação, trabalho e políticas públicas: campos em disputas. **Revista Lusófona de Educação** n.14 Lisboa 2009 Disponível em:
http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-72502009000200004&script=sci_arttext> Acesso em 18 out. 2012

REPUBLIC OF KOREA. **Economic Bulletin**. v.35,n.7, jul. 2013. Disponível em: <
<http://english.mof.go.kr>> Acesso em: 2 ago. 2013

SANTOS, José Augusto dos. **O ensino sob Napoleão Bonaparte**. Disponível em:<http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/.007_v2_1999.pdf> Acesso em: 05 mai. 2013

SANTOS, W., MOURA, F., SILVA, A., MATOS, D., FARIAS, T. A teoria do U invertido: um teste da hipótese de Kuznets para a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil. **Revista de Economia**, América do Norte, 37, mai. 2012. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/27235>. Acesso em: 05 ago. 2013.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE), Comissão Para a Definição da Classe Média, Brasília Disponível em: < <http://www.sae.gov.br> > Acesso em: 18 out 2012

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA) Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br> > Acesso em: 02 jun.2013

SOLOW, R. M. **A Contribution to the Theory of Economic Growth**. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 70, p. 65-94, 1956. Disponível em: http://www.wren-network.net/resources/2005-21_11.Solow.contribution.pdf > . Acesso em: 19 jan. 2013

THE ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) Disponível em: <<http://www.oecd.org>> Acesso em: 10 jun. 2013

WORLD BANK. **korea as a knowledge economy**. 2006. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>> Acesso em: jun.2013

NOTAS DE FIM

¹ Pesquisa Mensal de Emprego: Produz indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Abrangência geográfica: Regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre

² O Censo Demográfico é a mais complexa operação estatística realizada por um país, sobretudo quando ele tem dimensões continentais como o Brasil, com 8.515.692,27 km², distribuídos em um território heterogêneo, muitas vezes de difícil acesso, composto por 27 Unidades da Federação e 5.565 municípios e com uma população de 190.755.799 habitantes

³ População Economicamente Ativa Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

⁴ População Ocupada (PO): É o termo técnico utilizado para população empregada. A esta população estão incluídos os empregadores e autônomos inclusos no mercado formal.

⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 44 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil.